

Conselho Editorial do BIOMAS

Anailza Cristina Galdino da Silva

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco Campus Caruaru

Fátima Verônica Pereira Vila Nova

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco Campus Caruaru

Janaina Barbosa da Silva

Universidade Federal de Campina Grande

Maria Fernanda Abrantes Torres

Universidade Federal de Pernambuco

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Atlas [livro eletrônico] : população costeira do
Brasil / organizadores Fátima Verônica Pereira
Vila Nova, Maria Fernanda Abrantes Torres,
Etienne Villela Marroni. -- Caruaru, PE :
Ed. dos Autores, 2025.
PDF

Vários autores.

Bibliografia.

ISBN 978-65-01-41348-8

1. Atlas 2. Costas - Brasil - Mapas 3. Topografia
submarina - Brasil - Mapas 4. Zonas costeiras e
marinhas - Gestão I. Nova, Fátima Verônica Pereira
Vila. II. Torres, Maria Fernanda Abrantes.
III. Marroni, Etienne Villela.

25-264221

CDD-912.81

Índices para catálogo sistemático:

1. Atlas : Zonas costeiras e marinhas 912.81

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

DOI: [10.5281/zenodo.15185770](https://doi.org/10.5281/zenodo.15185770)

O conteúdo desta publicação é de inteira responsabilidade dos(as) autores(as), não refletindo, necessariamente, a opinião das instituições às quais estão vinculados(as).

formação populacional DO ESPAÇO COSTEIRO DO BRASIL

Fátima Verônica Pereira Vila Nova
Maria Fernanda Abrantes Torres



A formação populacional do espaço costeiro do Brasil resulta da interação de fatores históricos, culturais, genéticos e ambientais ao longo de diferentes períodos. Antes da colonização europeia, a região litorânea era habitada por diversas populações originárias, com destaque para os povos Tupis, cuja organização social, práticas econômicas e conhecimentos ambientais desempenharam um papel fundamental na ocupação e no uso sustentável desses territórios. A chegada dos colonizadores introduziu novas dinâmicas de povoamento, resultando em processos de miscigenação, transformação territorial e reconfiguração sociocultural que moldaram a composição demográfica e a estrutura espacial da zona costeira brasileira (Silva et al., 2020).

Estima-se que, no século XVI, “os povos indígenas eram aproximadamente da ordem de 4 a 6 milhões de habitantes, falantes de 1.200 idiomas distintos”, ocupando o território que hoje corresponde ao Brasil. Os Tupis, por exemplo, haviam se estabelecido no litoral, deslocando outros grupos para o interior.

Esses povos viviam em grandes aldeias, algumas com até 2.000 habitantes, e possuíam uma organização social baseada em unidades políticas independentes, sem uma autoridade centralizada. A guerra e os rituais antropofágicos eram elementos centrais em sua cultura, servindo para reforçar a coesão interna e a memória de seus guerreiros (Teao, s.d.).

A ocupação dessas populações no litoral não foi homogênea, variando conforme as características ambientais e os recursos disponíveis. Os Tupinambás, por exemplo, praticavam a agricultura de coivara, que consistia na derrubada e queima da vegetação para o plantio de culturas como milho, feijão e mandioca. Além disso, a pesca e a coleta de frutos do mar eram atividades fundamentais para sua subsistência, especialmente nas regiões costeiras. A mobilidade desses grupos também desempenhou um papel crucial na disseminação de suas práticas culturais e na ocupação de vastas áreas do litoral brasileiro (Norder, 2019).

A colonização portuguesa do Brasil iniciou-se efetivamente com a criação do sistema de capitanias hereditárias entre 1534 e 1536, visando estabelecer mecanismos de controle sobre o litoral atlântico.

Foram doadas 14 capitanias, cada uma com 50 ou 100 léguas de costa, para promover a ocupação e exploração do território. Os primeiros núcleos urbanos surgiram no litoral, como a Vila de São Vicente, fundada em 1532 por Martim Afonso de Sousa, considerada a primeira vila portuguesa na América. Esses assentamentos tinham como objetivo principal facilitar o escoamento de produtos para a metrópole e servir como centros administrativos e defensivos (IBGE, 2025).

A escolha das áreas litorâneas para a fundação dos primeiros núcleos urbanos estava diretamente relacionada à estratégia econômica e militar portuguesa. As cidades portuárias facilitavam o comércio marítimo e a defesa contra invasões estrangeiras. Além disso, a proximidade com o oceano permitia o rápido escoamento de produtos como o açúcar, principal produto de exportação na época. A urbanização inicial, portanto, esteve intimamente ligada às necessidades econômicas e de segurança da colônia, moldando a distribuição populacional ao longo da costa brasileira (IBGE, 2025).

A partir do século XVII, o Brasil passou por um processo de expansão populacional e econômica que impactou significativamente o litoral.

A descoberta de jazidas de ouro e diamantes no interior, especialmente em Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, atraiu fluxos migratórios e promoveu o desenvolvimento de novas áreas. No entanto, o litoral manteve-se como a principal região de concentração populacional, devido à continuidade das atividades agrícolas, como a produção de açúcar e, posteriormente, café, além do comércio marítimo (Paes, 2025).

As migrações internas e externas contribuíram para a diversificação da composição populacional no litoral. A chegada de imigrantes europeus, africanos escravizados e, mais tarde, asiáticos, introduziu novas dinâmicas sociais e culturais. As cidades litorâneas cresceram em importância econômica e demográfica, tornando-se centros de comércio, cultura e poder político. Esse desenvolvimento, contudo, também trouxe desafios, como a segregação social e a pressão sobre os recursos naturais (IBGE, 2025).

Atualmente, o litoral brasileiro enfrenta diversos desafios relacionados à sustentabilidade e à gestão populacional. A intensa urbanização e o crescimento populacional desordenado resultaram em problemas como a degradação ambiental, poluição marinha e destruição de ecossistemas costeiros.

Além disso, a ocupação irregular de áreas vulneráveis aumenta os riscos associados a desastres naturais, como inundações e deslizamentos (Vila Nova, 2021).

A implementação de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável é essencial para mitigar esses desafios. Isso inclui a criação de áreas de proteção ambiental, o planejamento urbano integrado e a promoção de práticas econômicas que conciliem crescimento e conservação.

A valorização das comunidades tradicionais e do conhecimento local desempenha um papel fundamental na preservação da diversidade sociocultural e na gestão sustentável do litoral brasileiro.

A formação populacional do espaço costeiro do Brasil é resultado de processos históricos que envolvem interações entre populações originárias, colonizadores europeus e migrantes de diversas origens. Compreender essa trajetória é fundamental para enfrentar os desafios atuais e promover um desenvolvimento que respeite a riqueza cultural e ambiental da costa brasileira.